



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
UNIDADE GESTORA EXECUTORA
(Operação Acolhida).

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 17/2019 CELEBRADO ENTRE
A UNIDADE GESTORA EXECUTORA DA
OPERAÇÃO ACOLHIDA E A EMPRESA
OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE
MÃO DE OBRA EIRELI PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

CONTRATANTE: UNIDADE GESTORA EXECUTORA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA (UASG 110794) com sede na Avenida do Turismo, nº 1.350, Tarumã, Manaus-AM, CEP 69.041-010, inscrito no CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, Senhor **MARCELLO HENRIQUE SOUZA FERRAZ** – Coronel, nomeado em Boletim Interno nº 205, de 28 de agosto de 2021, inscrito no CPF sob nº 120.687.518-60, portador da Carteira de Identidade nº 020369964-0, expedida pelo Min Def/EB.

CONTRATADA: OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.887.298/0001-33, sediada na rua João Batista 44-B, Bairro Centro, CEP 67.030-585, Ananindeua, PA doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr **MARCOS DAMASCENO**, portador da Carteira de identidade nº 5081441, expedida pela SSP/PA, e CPF nº 427.956.483-34, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 73073.001772/2019-05** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº **17/2019**, instruído no Processo Administrativo Nº **73073.001772/2019-05**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação por mais 12 (doze) meses da **Contratação de serviço de portaria, com disponibilidade de mão de obra em regime de dedicação exclusiva** referente ao Contrato Nº 17/2019, conforme previsto no Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O presente 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2019 terá vigência de 12 (doze) meses a partir de **15 de maio de 2022 a 14 de maio 2023** e eficácia com sua publicação no Diário Oficial da União.

2.2 Há interesse da Administração, os serviços contratados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada, por meio da assinatura de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração e observados os seguintes requisitos:

2.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação; e,

2.2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO.

Ord	Item	Descrição do item	Un	Qtde	Valor Mensal do Posto	Valor Mensal Total Dos Postos	Valor Anual Total Dos Postos
1	3	SERVIÇO DE PORTARIA/RECEPÇÃO DIURNO PARA ABRIGOS DA CIDADE DE BOA VISTA-RR.	SV	31	R\$ 7.630,82	R\$ 236.555,29	R\$ 2.838.663,49
2	4	SERVIÇO DE PORTARIA/RECEPÇÃO NOTURNO PARA ABRIGOS DA CIDADE DE BOA VISTA-RR.	SV	31	R\$ 9.011,44	R\$ 279.354,54	R\$ 3.352.254,44

Valor Estimado da Contratação	R\$ 6.190.917,93
-------------------------------	-------------------------

3.2 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 6.190.917,93 (Seis milhões, cento e noventa mil, novecentos e dezessete reais e noventa e três centavos)**

3.3 O valor acima é meramente estimativo, ajustado devido à necessidade da repactuação com amparo no Art. 65, II, “d” da Lei 8.666, conforme previsto no art. 5º, do Decreto nº 2.271/97 e do Art. 37 da IN SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, com redação dada pela IN SLTI/MPOG nº 03, de 16 de outubro de 2009 de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 O desembolso para fazer face aos custos com a referida contratação será feito em parcelas, mediante a certificação dos serviços, do objeto a ser contratado e ocorrerá à conta dos recursos consignados ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, no Orçamento Geral da União para

o período de 12 meses, sob a seguinte classificação: Tesouro Nacional, ND 339039, PETRES 168600, PIA1DTDEFACLH.

4.2 A despesa do objeto deste certame no(s) exercício(s) subsequentes correrá à conta das dotações consignadas para essa atividade.

5. CLÁUSULA QUINTA—DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORO

6.1 É eleito o Foro de Manaus/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Aditivo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Aditivo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTA DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

7.1 A contratada autoriza o depósito de valores para o pagamento das férias, 13º(décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositadas pela administração em Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.

7.2 O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

7.3 A contratada autoriza a Administração contratante a reter, a qualquer tempo a garantia.

7.4 A contratada autoriza a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

7.5 A contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

7.6 A contratada deverá viabilizar, no prazo de 60(sessenta) dias, contados do início da prestação de serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com a objetiva de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

7.7 A contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

Manaus-AM, 13 de maio de 2022.

Gen Div SÉRGIO SCHWINGEL

Secretário-Executivo de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial

MARCOS DAMASCENO

Representante Legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CLIMÉRIO ALMEIDA DE MENDONÇA - Maj

Chefe do Núcleo de Contratos da UGE da Op. Acolhida

MARCELLO HENRIQUE SOUZA FERRAZ - Cel

Ordenador de Despesas da UGE da Op. Acolhida